



CONTRATO EMERGENCIAL
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA
DOS DEPUTADOS E A
ECOBLENDING AMBIENTAL
LTDA. EPP., PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE COLETA,
TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE
RESÍDUOS POLUENTES
LÍQUIDOS E SÓLIDOS,
RECICLÁVEIS E NÃO
RECICLÁVEIS, GERADOS EM
PROCESSOS GRÁFICOS E
FOTOGRÁFICOS.

Ao(s) dez dia(s) do mês de Marco de dois mil e
dezesseis, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes,
nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante
denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o
senhor ROMULO DE SOUSA MESQUITA, brasileiro, casado, residente e
domiciliado em Brasília - DF, e a ECOBLENDING AMBIENTAL LTDA.- EPP.,
situada na Rodovia GO 545 Km 01 S/N, Zona Rural, Cezarina - GO, inscrita no
CNPJ sob o n.07.958.062/0001-50, daqui por diante denominada
CONTRATADA, e neste ato representada por seu Sócio Proprietário, o senhor
SÉRGIO RORIZ DE OLIVEIRA, residente e domiciliado em Goiânia - GO,
perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente
Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições
contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante
denominada simplesmente LEI, notadamente no inciso IV de seu artigo 24, e no
Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados,
aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01,
doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, notadamente no inciso
IV de seu artigo 20, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de coleta,
transporte e destinação de resíduos poluentes líquidos e sólidos, recicláveis e não
recicláveis, gerados em processos gráficos e fotográficos, pelo período de 180
(cento e oitenta) dias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos, a proposta da CONTRATADA, datada de 21/01/16.

Parágrafo segundo – No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

Parágrafo terceiro – As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os serviços objeto deste Contrato deverão obedecer rigorosamente às especificações técnicas descritas no Anexo n. 1 a este Contrato e na proposta da CONTRATADA.

Parágrafo único – Em caso de divergências entre as especificações deste Contrato e da proposta da CONTRATADA, prevalecerão as constantes deste instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços contratados em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura deste Contrato.

Parágrafo primeiro – A prestação dos serviços deverá ser efetuada por requisição da CONTRATANTE, mediante emissão de Requisição de Prestação de Serviços por fax ou e-mail, conforme modelo constante do Anexo n. 2 a este Contrato.

Parágrafo segundo – O prazo para coleta dos resíduos será de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da data e do horário da confirmação do recebimento da Requisição de Prestação de Serviços.

Parágrafo terceiro – A confirmação do recebimento da Requisição de Prestação de Serviços pela CONTRATADA deverá ser obtida pela CONTRATANTE imediatamente após o envio.

Parágrafo quarto – Os locais de coleta de resíduos serão os seguintes (em Brasília – DF):

a) Coordenação de Serviços Gráficos (CGRAF/DEAPA), localizada no Complexo Avançado da CONTRATANTE, situado na via N3, projeção L, Setor de Garagens Ministeriais Norte;

b) Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais (COBEC/CEDI), localizada no pavimento inferior do Edifício Anexo II.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo quinto – A coleta de resíduos deverá ser feita em dia de expediente normal da CONTRATANTE, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h30.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA ficará obrigada a recolher os resíduos e efluentes poluentes descartados pela Coordenação de Serviços Gráficos do Departamento de Apoio Parlamentar - DEAPA e pelo Setor de Microfilmagem do Centro de Documentação e Informação - CEDI da CONTRATANTE, e a lhes dar a destinação adequada, em conformidade com a Resolução n. 306 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, datada de 07/12/04, e com as leis ambientais em vigor no país.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA ficará isenta de qualquer responsabilidade no caso de acidente em decorrência do manuseio dos resíduos e efluentes poluentes objeto deste Contrato, por terceiros ou por pessoas não autorizadas e habilitadas.

Parágrafo oitavo – Durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA terá exclusividade na execução dos serviços objeto desta contratação.

Parágrafo nono – O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações deste instrumento contratual a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas neste instrumento contratual, além das instruções complementares do órgão responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, tributárias e sociais, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo quinto – Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até 2 (dois) dias úteis após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao Órgão Responsável.

Parágrafo oitavo – Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da Casa, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

Parágrafo nono – A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do Órgão Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

Parágrafo décimo – É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

Parágrafo décimo primeiro – Antes do início da prestação dos serviços a CONTRATADA deverá fornecer para a CONTRATANTE cópia do Atestado de Saúde Ocupacional dos trabalhadores que efetivarão os serviços e cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, elaborado pela empresa.

Parágrafo décimo segundo – Os documentos referidos no parágrafo anterior deverão ser entregues no Setor de Segurança do Trabalho, localizado no Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, 19º andar, sala 1906, em Brasília – DF.

Parágrafo décimo terceiro – A CONTRATADA deverá ainda:

a) designar um profissional qualificado, com poderes de supervisão e direção dos trabalhos, devidamente credenciado junto à CONTRATANTE, que sirva de preposto entre as partes;

b) obedecer às normas e à legislação vigentes no âmbito distrital, municipal, estadual e federal na execução dos serviços;

c) responsabilizar-se pelas licenças técnicas e legais da utilização dos serviços, bem como por todos os tributos federais, estaduais e municipais e contribuições fiscais, previdenciárias e trabalhistas;

N
W



CÂMARA DOS DEPUTADOS

d) manter o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, da Secretaria de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente – SEDUMA e a ANVISA informados, sempre que solicitada, quanto ao cadastro de seus clientes que fazem o tratamento determinado pela Resolução n. 306 da ANVISA, entre eles a CONTRATANTE;

e) encaminhar o Informativo de Destinação Final de Resíduos Industriais ao IBRAM, com uma via para a CONTRATANTE e duas vias para a CONTRATADA, bem como enviar as notas fiscais dos serviços à CONTRATANTE;

f) orientar os funcionários da CONTRATANTE sobre como deve ser feito o acondicionamento e transporte interno e realizar outras atividades de caráter sócio ambiental;

g) transportar os resíduos em equipamento estanque devidamente homologado por órgãos oficiais de controle ambiental e de transporte de resíduos e descarregar os mesmos para processamento, mediante Manifesto de Carga e Transporte com descrição do resíduo e efluente, origem e volume transportado, no caso da CGRAF, e Guia de Coleta, no caso do CEDI;

h) fornecer os recipientes e as embalagens apropriados para o acondicionamento e transporte dos resíduos e efluentes poluentes recolhidos;

i) executar os serviços de maneira correta e segura, utilizando mão-de-obra especializada e maquinário próprio e autorizado;

j) substituir o(s) funcionário(s) que não corresponda(m) tecnicamente e/ou disciplinarmente às normas administrativas que vigoram no estabelecimento da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE deverá:

a) designar funcionários qualificados e com poderes de supervisão e direção dos trabalhos para acompanhar a coleta, pesagem, armazenamento interno e tratamento externo, bem como para controlar os Recibos de Recolhimento e ser fiscais do Contrato;

b) fornecer sacos de lixo para o transporte de resíduos sólidos;

c) armazenar os resíduos sólidos e líquidos em local seguro inspecionado pela CONTRATADA até a coleta;

d) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA;

e) fornecer à CONTRATADA eventuais informações complementares necessárias à boa execução dos serviços;

f) manter em ordem os Recibos de Recolhimento, consolidando os dados ao final de cada semestre.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, omissões ou outras faltas não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas nesta Cláusula, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da LEI, correspondente ao artigo 135 do REGULAMENTO.

Parágrafo primeiro – Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo segundo – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo terceiro – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de ressarcir integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

Parágrafo quarto – Pelo descumprimento de obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, de 1993, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

Parágrafo quinto – Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE para dar início à execução dos serviços, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor desta contratação, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%

P *V*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

Parágrafo sexto – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo sétimo – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo oitavo – Findo o prazo fixado, sem que a CONTRATADA tenha iniciado a execução dos serviços, além da multa prevista no parágrafo quinto desta Cláusula, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo nono – A CONTRATADA será também considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução fixado neste contrato.

Parágrafo décimo - Se a CONTRATADA, a qualquer tempo, deixar de executar os serviços ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo décimo primeiro – Poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor deste Contrato, observados sempre a reprovabilidade da conduta, o dolo ou a culpa e o disposto no parágrafo seguinte e sopesados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Parágrafo décimo segundo – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total estimado do presente Contrato é de R\$21.512,00 (vinte e um mil, quinhentos e doze reais), considerando-se os preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

JO
V



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo primeiro – O pagamento dos serviços entregues à CONTRATANTE e por ela aceitos definitivamente será efetuado por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo órgão responsável. A instituição bancária, a agência e a conta corrente deverão estar indicados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo segundo – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo terceiro – O pagamento será efetuado com prazo não superior a 30 (trinta dias), contado a partir do aceite do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data do que ocorrer por último.

Parágrafo quarto – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, calculados pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

Parágrafo quinto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sexto – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo sétimo – As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do artigo 4º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada

P V



CÂMARA DOS DEPUTADOS

pagamento, declaração em duas vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

CLÁUSULA OITAVA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2016NE001138, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Programa de Trabalho: 01.031.0553.4061.0001 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política

- Natureza da Despesa:
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
 - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
 - 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
 - 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de 10/03/16 a 05/09/16.

Parágrafo primeiro – Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

Parágrafo segundo – Este contrato poderá, ainda, ser rescindido tão logo esteja concluído o procedimento licitatório em andamento que visa à prestação dos serviços em questão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consideram-se Órgãos Responsáveis pela gestão dos bens e serviços objeto deste Contrato, que designarão os fiscais responsáveis pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual:

- a) Coordenação de Serviços Gráficos do Departamento de Apoio Parlamentar da CONTRATANTE, localizada na Avenida N-3 Projeção L – Setor de Garagens Ministeriais, Complexo Avançado, Brasília-DF;
- b) Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais do Centro de Documentação e Informação da CONTRATANTE, localizada no Edifício Anexo II, piso inferior, Brasília-DF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 12 (doze) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 10 de Março de 2016.

Pela CONTRATANTE:

Romulo de Sousa Mesquita
Diretor-Geral
CPF n. 443.493.351-53

Pela CONTRATADA:

Sérgio Roriz de Oliveira
Sócio Proprietário
CPF n. 607.345.151-20

Testemunhas: 1) Denise F. Mires p-5127

2) Ronaldo Roriz

CCONT/DN



ANEXO N. 1

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRÍÇÃO	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS LÍQUIDOS NÃO RECICLÁVEIS, RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS E NÃO RECICLÁVEIS			
1.1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS LÍQUIDOS NÃO RECICLÁVEIS	Serviço	SERVIÇO	25000
	CARACTERÍSTICA(S):serviço de coleta, transporte e destinação final das águas residuais oriundas da lavação das chapas e das processadoras, do limpador de chapas, do limpador do sistema de revelação, do revelador de chapas, dos fixadores, dos solventes, do restaurador de blanquetas, da solução de fonte e do álcool isopropílico geradas pela Coordenação de Serviços Gráficos e pelo Setor de Microfilmagem do Centro de Documentação e Informação em processos gráficos e fotográficos. OBSERVAÇÃO(ÖES):cada serviço equivale à coleta de 1 (um) litro.			
1.2	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NÃO RECICLÁVEIS	Serviço	SERVIÇO	800
	CARACTERÍSTICA(S):serviço de coleta, transporte e destinação final de embalagens vazias que contenham resíduo de tinta, de estopas usadas com resíduos de tinta e de óleo, com solventes, com reveladores, com fixadores e com restauradores de blanquetas geradas pela Coordenação de Serviços Gráficos e pelo Setor de Microfilmagem do Centro de Documentação e Informação em processos gráficos e fotográficos. OBSERVAÇÃO(ÖES):cada serviço corresponde à coleta de 1 (um) quilo.			
1.3	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS	Serviço	SERVIÇO	800
	CARACTERÍSTICA(S):serviço de coleta, transporte e destinação final de chapas de alumínio geradas pela Coordenação de Serviços Gráficos e pelo Setor de Microfilmagem do Centro de Documentação e Informação em processos gráficos e fotográficos. OBSERVAÇÃO(ÖES):cada serviço equivale à coleta de 1 (um) quilo.			



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 146.351/15

CONTRATO N. 2016/047.0

ANEXO N. 2

**MODELO DE REQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
REQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

À _____
(identificação da Requisitada)

A/C do(a) Senhor(a): _____

1. Solicitamos a prestação dos serviços a seguir descritos:

Item	Descrição	Quant.	Un.	Local

2. Prazo de execução dos serviços: _____ horas,
contados da data da confirmação do recebimento
desta Requisição.
3. A presente Requisição é feita com observância das
cláusulas e condições constantes do Contrato n.
2016/047.0 e da proposta da Requisitada datada de
21/1/16.
4. As despesas decorrentes desta Requisição correm por
conta da Nota de Empenho n. _____.

OBSERVAÇÕES A CARGO DA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS

Identificação do responsável pelas observações

Requisição encaminhada em:

____ / ____ / ____
às ____ h

Pela Câmara dos Deputados

Nome do Servidor: _____
Ponto do Servidor: _____
Departamento: _____

Requisição recebida em:

____ / ____ / ____
às ____ h

Pela Requisitada

Nome: _____

Informações adicionais sobre esta Requisição: telefones (61) 3216-2730 ou -2700.